

Entre a invasão dos
“capitais alienígenas” e a
consolidação da televisão:
Imprensa e debates públicos
em torno ao acordo Rede
Globo/Time-Life,
1964-1967

Between the invasion of
“foreign capitals” and the
consolidation of television:
The press and the public
debates around the
Rede Globo/Time-Life
agreement, 1964-1967

Paula Halperin¹



Resumo: O presente artigo analisa o debate ocorrido na grande imprensa sobre o acordo assinado entre a Rede Globo e o conglomerado norte-americano Time-Life em 1962, iluminando o posicionamento dos jornais dentro da nova e complexa configuração política suscitada pelo golpe militar. O debate originado nos jornais cariocas em 1964 girou em torno à inconstitucionalidade dos investimentos estrangeiros nas empresas jornalísticas nacionais. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, levou adiante uma verdadeira campanha pública de denúncia sobre o assunto, por considerar o acordo antinacional e em violação da Constituição (que proibia grupos estrangeiros de intervir em empresas de comunicação). Em 1966, a discussão pública sobre o assunto tinha se expandido a São Paulo, tendo a pressão exercida pela imprensa alcançado um efeito tal que a Câmara dos Deputados se viu forçada a instalar uma CPI para investigar o dito acordo. Em março de 1967, o governo Castelo Branco declarou infundadas as acusações sobre o caso, arquivando o inquérito. O artigo contribui ao debate sobre a historização do processo político conformado durante esses três primeiros anos de governo e o complexo lugar da imprensa nesse momento fundante de edificação da base autoritária do regime que duraria mais de duas décadas.

Palavras chave: História da imprensa; Ditadura militar; Acordo Rede Globo/Time-Life; História da Rede Globo.

Abstract: This article analyzes the debate in the Brazilian mainstream press about the agreement signed between Rede Globo and media conglomerate Time-Life in 1962. It seeks to illuminate the position of the main newspapers within the complex political configuration created by the military coup in 1964. The debate originated in the Rio de Janeiro that year revolved around the unconstitutionality of foreign investments in national media companies. Carlos Lacerda, then governor of Guanabara, carried out a real public campaign of denunciation considering the agreement antinational and in violation of the Constitution (which prohibited foreign groups from owning or investing in media companies). In 1966, the public discussion



had expanded to São Paulo, and the pressure exerted by the press had the Parliament forced to formally investigate the agreement. In March 1967, the federal government declared the allegations unfounded, closing the inquiry. The article contributes to the debate about the historicization of the political process developed in those first three years of government and the complex place the press had in it.

Keywords: History of the press; Brazilian military dictatorship; Rede Globo/Time-Life agrément; History of Rede Globo.



Introdução

No dia 23 de janeiro de 1966, *O Estado de São Paulo* publicava um “Manifesto à Nação.” O texto apontava “a infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional”, e se é verdade que se referia primeiramente ao problema de dita infiltração em revistas, sutilmente aludia também ao rádio e à televisão como alvos cobiçados por empresas estrangeiras.

Para os proprietários dos principais jornais paulistas – assinantes do manifesto – as publicações financiadas por ditos capitais não escondiam a origem de seus interesses e seu pensamento extranacional. Não sendo o manifesto apenas uma ferramenta de denúncia sobre a imprensa escrita, o texto expunha que:

[...] nova contribuição acaba de se trazer à elucidação deste problema, com revelações tanto sobre o vulto dos empreendimentos levados já a cabo neste terreno por capitais de fora, quanto sobre esta outra ilegalidade, consistente na entrega da direção de jornais, revistas e empresas de radiodifusão a estrangeiros ou a testas de ferro seus (MESQUITA FILHO, 1966, p. 3).

Assinado (entre outros) por Júlio Mesquita Filho, de *O Estado de São Paulo*, Otávio Frias de Oliveira, de *A Folha de São Paulo*, Edmundo Monteiro, do *Diário de São Paulo* e João Francisco Ferreira Jorge de *A Gazeta*, o texto recorria ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho Nacional de Telecomunicações, o CONTEL (criado em 30 de maio de 1961 e diretamente subordinado ao presidente da República), chamando-os a intervir imediatamente, já que a dita participação estrangeira não somente era contra a Constituição nacional em seu artigo 160, ou seja, de caráter ilegal, senão que, ao mesmo tempo, estaria vedando:

[...] à imprensa, a legitimidade de seu papel, de reflexo da opinião pública nacional, de interprete das aspirações brasileiras e de orientadora do pensamento do povo de conformidade com os mais altos interesses da comunhão a que pertencemos. E o que se diz da imprensa, se diz igualmente, da televisão e do rádio (MESQUITA FILHO, 1966, p. 3).

Os subterfúgios empregados pelo manifesto não ocultavam o seu verdadeiro propósito: estabelecer uma posição firme em relação ao acirrado debate que já tinha despontado há mais de um ano nos jornais do Rio de Janeiro – encabeçado por um agitado Carlos Lacerda – sobre o apoio financeiro e logístico prestado desde 1962 pelo grupo norte-americano Time-Life à recentemente criada emissora de televisão Rede Globo. Os experientes donos de jornais paulistas



almejavam continuar a exercer o papel de direcionadores da opinião pública no país, funcionando como atores políticos privilegiados (BARBOSA, 2007, p.186-187; CAPELATO; PRADO, 1980, p. 13). Como a maioria dos grandes jornais nacionais, os paulistas apoiaram o golpe militar de 31 de março de 1964 e as medidas tomadas pelo novo governo, mas naquele momento viam com crescente preocupação a progressão política do regime, fundamentalmente o papel cada vez mais reduzido da imprensa dentro da nova configuração política.

O surgimento controverso da Rede Globo e sua consolidação com o apoio explícito do governo militar foram considerados problemáticos por grande parte dos jornais da grande imprensa, que inquietaram-se visivelmente ante a possibilidade de ter sua função de porta-voz dos ensejos “populares” cerceada. As mudanças evidentes no mapa das mídias e das telecomunicações que o Brasil atravessava, num contexto em que a palavra escrita perdia espaço frente a uma televisão de caráter totalmente empresarial, foram paulatinamente apreendidas pelos jornalistas como parte das transformações culturais e políticas desses primeiros anos do regime. Assim como ocorreu no caso de muitos dos golpistas civis, a imprensa tinha apostado no “golpe cirúrgico”, ou seja, que apontava a retirar o presidente João Goulart, reparar a situação política e voltar “à normalidade institucional” na concepção liberal oligárquica, sustentada pela maioria dos proprietários de jornais e muitos dos seus jornalistas (NAPOLITANO, 2014, p. 18). O *affaire* Rede Globo/Time-Life evidenciava a fragilidade dessa premissa.

A controvérsia sobre o caso havia começado anos antes dos jornais paulistas intervirem na contenda pública. A *Tribuna da Imprensa* (o jornal carioca onde se originou a polêmica) entrevistou o dono da TV Rio, João “Pipa” Batista do Amaral Filho. Questionado sobre o faturamento da própria emissora (criada em 1956), Amaral descreveu as dificuldades financeiras e técnicas que qualquer rede de televisão enfrentava na época. Quando o jornalista arditosamente perguntou sobre a “penetração dos grandes grupos econômicos nas futuras televisões brasileiras”, o empresário destacou como uma injeção de capital forâneo podia chegar “a prejudicar o caráter de veículo de comunicação com o povo, característico da televisão nacional, afastando a população da verdadeira cultura brasileira” (ENTREVISTA..., 1963, p. 9).

As palavras de Amaral ecoavam uma e outra vez – com alterações e variações – nos jornais do Rio de Janeiro (onde o conglomerado Globo estava sediado) durante esses anos, provocando um real debate público, a se espalhar na grande imprensa paulista e cujo efeito mais visível e contundente era o Manifesto referido anteriormente. De fato, meses depois da entrevista a Amaral, o deputado



federal pelo PSD João Calmon (vice-presidente dos Diários Associados de Assis Chateaubriand e presidente da ABERP – Associação Brasileira de Emissoras de Radio e Televisão) aderiu à férrea campanha de acusações, denunciando a chegada de grupos editoriais como Visão (grupo estadunidense Vision Inc.) e a Editora Abril, comandada pelo italiano Vítor Civita, que publicou, entre outras, a revista *Panorama* (1964 – 1975) na Argentina e a *Realidade* (1966 a 1976) no Brasil.

O udenista Carlos Lacerda, quase no fim de seu mandato como governador da Guanabara (1960 – 1965), robusteceu em 1964 as denúncias desde a *Tribuna da Imprensa* que, apesar de já não lhe pertencer, o tinha como um dos seus colunistas mais polêmicos. Em guerra travada anos antes com Roberto Marinho (pela disputa sobre o loteamento do Parque Lage)², o futuro ex-governador já tinha revelado um suposto empréstimo do presidente deposto João Goulart que, através da Caixa Econômica, favoreceu a emissora em 1962. Agora, deposto Goulart, diria Lacerda, a Rede Globo recebia enormes quantias de dinheiro diretamente da Time-Life (NEGÓCIOS ..., 1964, p. 3).

Os ataques conjuntos conduzidos por João Calmon e Carlos Lacerda contra a infiltração de capitais estrangeiros e, com o decorrer dos meses, abertamente contra a Rede Globo se manifestaram primeiro na imprensa e, em seguida, na justiça. Isto levou a uma apuração dos fatos pelo mencionado CONTEL e a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que foi requerida em 23 de outubro de 1965 e finalmente efetivada no dia 30 de março de 1966 (HERZ, 1987, p. 128-148).

No presente trabalho procuro analisar o debate produzido na imprensa em torno ao surgimento e à consolidação da Rede Globo – cuja concessão fora outorgada à Rádio Globo em 1961, saindo ao ar em 26 de abril de 1965. As tensões políticas presentes nessa controvérsia permitem apreciar diversos aspectos da constelação política que se conformara logo após o golpe de 31 de março de 1964. A transformação do papel da imprensa no novo regime, as alianças políticas, o lugar privilegiado da televisão (em particular da Rede Globo) como artefato cultural de massas e sustentação ideológica do regime autoritário aparecem como elementos centrais desse debate.

Através dos diversos artigos publicados nos grandes jornais da época (diferentes entre si em termos de tiragem, origem, filiação política e influência) em torno à emissora carioca e aos eventos a ela relacionados, aspiro visualizar o processo político, analisando os termos da discussão emoldurada no quadro geral da Guerra Fria. Termos como nacionalismo, infiltração estrangeira, comunismo e democracia adquirem acepção particular na boca de Lacerda, Calmon e outros jornalistas no calor da discussão sobre a Rede Globo e sua conexão com a Time-Life.



A partir das primeiras denúncias originadas em 1963 até o desfecho do debate com a “legalização” da emissora por parte do Marechal Artur da Costa e Silva, em setembro de 1968, assistimos a uma mudança da posição da imprensa a respeito da ditadura e do seu próprio lugar nesse regime. As restrições à liberdade de imprensa reveladas na Lei de imprensa de março de 1967 provavam, igualmente, aos donos de jornais, que um outro processo muito maior estava em andamento: o projeto dos militares de não dividir o poder da maneira esperada pela própria imprensa e pelos políticos que tinham apoiado abertamente o golpe, entre eles, Carlos Lacerda.

Nesse aspecto, minha intenção é contribuir ao debate sobre a historização do processo político conformado durante esses três primeiros anos de governo e o complexo lugar da imprensa nesse contexto. Marcos Napolitano caracteriza o período como o momento fundante de edificação da base autoritária do regime, que teve em Castelo Branco seu verdadeiro construtor (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Sendo assim, meu trabalho se afasta das interpretações que caracterizam esse momento como “ditabranda” (REIS, 2014, p. 54). Analiso aqui como os jornais da grande imprensa apreenderam essa conjuntura à medida que os diferentes fatos ligados à “legalização” da Rede Globo se desenvolviam.

A clara coligação entre o regime e o conglomerado Globo revelava o perigo de ser total ou parcialmente excluídos dessa aliança (que envolvia favores políticos e apoio tecnológico/econômico) frente a um mercado de bens culturais de massa em profunda transformação, onde a profissionalização das emissoras de rádio e televisão era um *sine qua non*. Os jornais da grande imprensa, todos entusiastas adeptos do liberalismo em sentido amplo (NAPOLITANO, 2017, p. 347 - 349), criticavam e denunciavam a ilegalidade presente nas origens da Rede Globo, ora diretamente, ora utilizando as mais ousadas expressões de outros, como os já mencionados Carlos Lacerda e João Calmon, protagonistas do processo jurídico contra a emissora.

As primeiras acusações e a progressão do debate

Em uma homenagem pelo centenário do nascimento do fundador de *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita, Roberto Marinho em seu discurso expressava que,

Isto que está aí, [é] o país flagelado pelos mais estúpidos slogans, destinados apenas a tornar impossíveis o desenvolvimento e a recuperação [...] vivemos uma época difícil, confusa mesmo [...] mais do que nunca, portanto, cresce de importância a missão da



imprensa honesta, da verdadeira imprensa brasileira, de que é exemplo *O Estado de São Paulo* (HOMENAGEM ..., 1962, p. 5).

Nesse singular almoço se encontravam Carlos Lacerda, Nascimento Brito (diretor do *Jornal do Brasil*), o político baiano Juracy Magalhães, João Calmon, além de jornalistas de *Correio da Manhã*, *Correio do Povo* e *O Dia*. Na ocasião, Carlos Lacerda destacara a importância do encontro, já que a imprensa estava unida em uma hora onde a liberdade estava em perigo (HOMENAGEM ..., 1962, p. 5). Chama atenção que os dois primeiros contratos que a Rede Globo estabeleceu com a Time-Life, o de “Assistência Técnica” e o “Contrato Principal” (que estabelecia uma sociedade por cotas), tinham sido assinados antes da homenagem, em junho desse mesmo ano. Somente em julho de 1965 é que o CONTEL tomaria conhecimento dos documentos, devido a uma denúncia de Lacerda (HERZ, 1987, p. 107).

O poderoso e influente bloco dos donos de jornais paulistas e cariocas continuava unido, uma causa maior os aglutinava. Ainda nos últimos meses de 1963, a conspiração contra o governo de João Goulart “conseguiu algo que parecia impossível: a improvabilíssima aliança entre Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*, Roberto Marinho, de *O Globo*, e João Calmon, dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand” (MOTTA, 2017, p. 133). Logo após o golpe e com a expansão das denúncias, os integrantes desse bloco paulatinamente se repositionaram, separando-se de Marinho e brandindo a bandeira nacionalista, contrária ao investimento de capitais estrangeiros na mídia. A reação frente à evidente consolidação da Globo, emissora de televisão que desde suas origens daria mostras de diferenças radicais com as outras redes existentes (a TV Tupi de Chateaubriand; a TV Rio, do “Pipa” Amaral; a TV Excelsior, bem moderna aliás, de Mário Simonsen), devia-se a que a moderna emissora “roubava” centralidade à imprensa na sua função de ser “direcionadora” das opiniões do país e interlocutora privilegiada do poder político, comunicando “a verdade” à sociedade civil, função histórica da corporação desde seus começos (BARBOSA, 2007, p. 175-196).

No final de 1964 começaram a espocar denúncias sobre irregularidades praticadas pela Globo, como por exemplo as acusações verbais e por escrito feitas por Carlos Lacerda ao presidente Castelo Branco (GOVERNADOR..., 1964, p. 4). O então governador, já em 1 de dezembro desse ano, chamava o acordo de antinacional por violentar a Constituição no seu artigo 160, que explicitamente excluía empresas estrangeiras da posse de meios de comunicação no território nacional (NEGÓCIOS ..., 1964, p. 3).



O *Jornal do Brasil*, que até esse momento tinha se mantido em silêncio, publicou uma coluna afirmando que, “desde 1959, a organização de Roberto Marinho sabe que possui um canal de televisão” imbatível devido a que: “a maquinaria da TV Globo é a mais moderna do mundo, praticamente: três *auricons* para entrevistas externas, três videoteipes e diversas câmaras RCA que possuem um sistema giratório externo que impede a fixação da imagem.” (WOLF, 1965, p. 4).

O jornalista, sem mencionar a Time-Life em momento algum, indicava a importância da “ajuda técnica” proporcionada por Alberto Catá, cubano exilado e funcionário da Time-Life empregado por Marinho como parte do acordo, e que viria a ser protagonista involuntário de eventos dramáticos meses depois.

No dia 10 de junho, ainda no *Jornal do Brasil*, foi publicado um editorial defendendo a retidão e honra de Carlos Lacerda devido a acusações de corrupção no processo de reformas de ampliação feitas no seu triplex no bairro do Flamengo. O artigo afirmava que, apesar dos defeitos do governador, a sua honestidade e qualidades como político e administrador eram palpáveis (PÍFIA ..., 1965, p. 6).

No mesmo dia 10 de junho, o já mencionado Alberto Catá era detido no DOPS da Guanabara pelo Coronel Gustavo Borges, Secretário de Segurança do Estado. Catá era acusado por Carlos Lacerda de ter ligações com a Time-Life e de ser um agente duplo, a mando do governo cubano. Rapidamente a Câmara dos Deputados se manifestou contra a prisão e as alegações de Catá de ter sofrido tormentos físicos durante o interrogatório. Todos os jornais, com a exceção de *A Tribuna*, criticaram o fato e os métodos empregados por Lacerda, sua polícia política e seu regime de violência, chamando o governador de antidemocrático e, em alguns casos, advertindo do perigo da sua eventual candidatura para presidente da nação (DEPUTADOS..., 1965, p. 14; MINEIROS ..., 1965, p. 3).

O *Globo*, até então mais discreto na sua participação no debate, publicou dois artigos relatando a reação da Câmara de Deputados à prisão do técnico da emissora. O jornal, para desviar a atenção do vínculo do fato com o acordo com a Time-Life, denunciava mais uma vez o “escândalo do triplex”, e se perguntava o que aconteceria se Lacerda fosse eleito presidente. “Vocação de ditador”, dizia o jornalista citando os deputados pessedistas e petebistas da Câmara. “Inconcebível violência que acaba de sofrer a TV Globo, merece a repulsa de toda a nação. Tem sido *O Globo*, as suas emissoras de rádio e TV, a mais corajosa trincheira na luta contra a bolchevização e a corrupção do país.”. E continuava: “como seria ameaçado o direito de pensamento do povo brasileiro se ele (o Lacerda) fosse eleito presidente; o Brasil (seria uma ditadura).” O jornal ainda afirmava que Carlos Lacerda desrespeitava todas as liberdades humanas. “Se o



povo elegeisse Lacerda, teríamos um governo ditatorial” (MINAS..., 1965, p. 12; REPÚDIO ..., 1965, p. 6).

A *Tribuna* responderia que “ninguém entendeu a convocação feita pelo deputado Gonzaga da Gama Filho ao Sr. Alberto Catá, da TV Globo, para depor na CPI que apura as condições de abrigo e tratamento de presos.” (CURTAS..., 1965, p. 2). O *Estado de São Paulo*, à vista disso, criticou as táticas utilizadas pelo governador, mas também afirmou que Carlos Lacerda tinha apresentado um documento que era produto do depoimento (coagido) que Catá prestou no DOPS no dia 10 de junho. E que nele constava que Catá trabalhava para os EUA e, ao mesmo tempo, era agente do governo cubano. O artigo sugeria que antes do depoimento não existia conhecimento público do acordo com a Time-Life (de fato, Catá depor no dia 10 de junho e Lacerda denunciava publicamente o fato ao CONTEL no dia 15 desse mês). Lacerda afirmava que não existia no Conselho nenhum registro do acordo e que era ilegal assinar esse tipo de acordo sem notificação ao CONTEL (LACERDA QUER..., 1965, p. 7; TEOR..., 1965, p. 7).

A prisão de Catá e a repercussão pública da mesma evidenciavam a complexidade e as tensões da situação política. Usando o vocabulário polarizado típico da Guerra Fria, enfatizando o comunismo dos inimigos e o patriotismo dos aliados, o que as circunstâncias demonstravam era a disputa por espaços, desde lugares de fala reconhecidos na esfera pública até os político-institucionais, dentro de uma constelação política que se acirrava e ia se transformando e se redefinindo mês a mês. Exemplo disso era o reiterado e cada vez mais frequente apelo ao nacionalismo dos militares por parte de donos de jornais reconhecidos e abertamente liberais, defensores acirrados do livre mercado. O debate e os termos que o conformavam se radicalizavam à medida que as posições enfrentadas se evidenciavam com nitidez.

Ainda no dia 22 de junho, o *Jornal do Brasil*, participando mais intensamente do debate, descreveu o ocorrido em um programa na TV Tupi, dos Diários Associados. Nele, Carlos Lacerda afirmava ter encaminhado representação ao Ministério da Justiça para suspender a Rede Globo, por ser anticonstitucional o seu acordo com a Time-Life Broadcasting. Lacerda garantia que, se fosse eleito presidente, não fecharia a emissora, mas a obrigaria a transformar-se numa empresa brasileira. O governador via os ataques do grupo à sua pessoa como pura vingança, afirmando que “o Globo está tentando, através de injúrias, empatar a partida perdida na questão do Parque Lage.” Negava que a polícia política da Guanabara tivesse prendido qualquer funcionário da Globo, já que, segundo ele, Catá “foi convidado a depor”. Lacerda igualmente afirmava que, graças ao

depoimento, tinha sido provado que o assessor trabalhava para a Time-Life dentro da Rede Globo. Por último, o governador chamava Roberto Marinho de testa de ferro da Time-Life e enfatizava que Júlio Mesquita Filho Jr teria recebido similar proposta, recusando-a (LACERDA DIZ..., 1965, p. 3).

Dias depois, Assis Chateaubriand entrava pessoalmente no debate, afirmando que “O governador da Guanabara está levantando o véu de um caso que transcende de muito a superfície do vespertino carioca com o qual ele alterca.” (O MASSACRE..., 1965, p. 1, a). O editorial publicado em três de seus jornais utilizava copioso vocabulário nacionalista contra as empresas norte-americanas que marginalizavam “quase toda a nossa imprensa ilustrada”. Os “jacobinos brasileiros (jornalistas) assistem de braços cruzados ao fim das revistas nacionais”. Chateaubriand finalizava denunciando a penetração do capital internacional nos meios de comunicação do Brasil, que desnacionalizaram a cultura e “alteraram as leis do mercado” (O MASSACRE..., 1965, p. 1, a).

Aluta política era cada vez mais acirrada. Os jornais, utilizando estrategicamente as declarações de Lacerda e, mais tarde, de João Calmon, se posicionavam frente às difíceis circunstâncias desse ano de 1965. A Lei Nº 4.738, de 15 de julho de 1965 (chamada de Lei de inelegibilidades), que entregava à Justiça Eleitoral o poder de decidir quem podia se eleger, irritou ainda mais a Carlos Lacerda, que em um encontro com o Presidente Castelo Branco no dia 1º de julho, dissera-lhe que a revolução tinha acabado. Em um ofício ao Almirante Beltrão, diretor do CONTEL, a respeito da Rede Globo e suas conexões com a Time-Life, o governador afirmou que “a constituição está sendo violentamente desrespeitada por medo ou pelo prazer da lisonja” (LACERDA COMPARA..., 1965, p. 3).

A *Tribuna da Imprensa* reproduzia o editorial de Chateaubriand no dia 1º de setembro (O MASSACRE..., 1965, p. 1, d). No mesmo dia, *O Globo* respondeu às acusações, estrategicamente sem mencionar as colunas em *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* ou *Diários Associados*. Focado exclusivamente na figura de Lacerda e no escândalo do Parque Lage, o artigo passava a explicar a natureza dos contratos assinados com a Time-Life em 1962. O de assistência técnica era considerado uma grande vantagem para a emissora, já que permitia a sua modernização e aprimoramento, sendo que

(é) de nosso conhecimento também que outras emissoras brasileiras de televisão desejam celebrar, com consórcios estrangeiros especializados, contratos deste gênero, pois é patente que o auxílio de organizações mais adiantadas de outros países pode muito contribuir para o progresso da televisão no Brasil (AS INJÚRIAS ..., 1965, p. 5).



Por ser contrário à Constituição nacional que proíbe a propriedade de empresas jornalísticas a estrangeiros, continuava *O Globo*, o acordo de sociedade por cotas com a Time-Life (que lhe outorgava a participação de 30% dos lucros líquidos produzidos anualmente pela TV Globo) tinha sido cancelado, sendo que só vigorava o de Assistência Técnica (AS INJÚRIAS ..., 1965, p.5).

Dita afirmação – repetida nos depoimentos dados por Marinho e seus advogados ao CONTEL e mais tarde, à CPI – faltava à verdade, como o próprio Lacerda, João Calmon e outros jornais continuariam denunciando. Marinho tinha “revogado” o contrato original de sociedade por cotas e estabelecido, no dia 15 de janeiro de 1965, um novo contrato, agora de “Arrendamento”. A Globo vendeu o prédio que a emissora possuía na Rua Von Martius, no bairro do Jardim Botânico, à Time-Life para se transformar em locatária da empresa norte-americana. Dito contrato era uma “solução de emergência para municiar a Globo na luta política”. (HERZ, 1987, p. 128).

Ao mesmo tempo, a Time-Life fornecia à TV Globo uma assistência técnica perpétua, uma pessoa com habilidades equivalentes a de um gerente geral de uma estação de televisão. Esse contrato de assistência técnica era verdadeiramente um contrato de administração e subordinava a TV Globo ao controle da empresa norte-americana. Alberto Catá, depois do episódio da detenção pela polícia política da Guanabara, sofreu um enfarte e deixou o Brasil, sendo substituído por Joseph Wallach, cidadão estadunidense que chegou ao Brasil no dia 20 de agosto de 1965 e permaneceu na Globo como “consultor” até o final da década de 1970 (HERZ, 1987, p. 138).

Marinho, percebendo as dificuldades políticas vigorantes, enviou uma carta ao *Jornal do Brasil* e ao *Correio da Manhã*. Procurando apoio em outros jornais, o empresário começava seu texto com um “Meu caro Nascimento Britto”. A carta citava o texto publicado previamente pelo *Jornal do Brasil* no dia 3 de julho, onde Lacerda dizia que o governo não era mais revolucionário, somente uma democracia sem povo apoiada pelo *O Globo*. Marinho respondera dizendo que se Lacerda existia como político e tinha se eleito governador, era graças aos microfones da Rádio Globo. Como o escândalo do Parque Lage não tinha funcionado para desprestigiar as empresas Globo, Marinho concluía que Lacerda tinha mandado prender Catá (MARINHO AFIRMA ..., 1965, p. 3).

Lacerda respondeu enviando ele próprio uma carta ao *Jornal do Brasil*, dizendo que Marinho “não contente de caluniar no próprio jornal, usa agora um jornal sério [o *Jornal do Brasil*] para reproduzir sua nova imagem: a do valente.” E continuava, “sem a peruca louca com a qual, dizem, se escondeu no dia da Revolução até



ver no que dava, ele realiza o ideal de outro jornal [*Correio da Manhã*] que fez da calúnia a arma contra minha vida.” Para finalizar, voltava a chamar Roberto Marinho de testa ferro da Time-Life (LACERDA DIZ QUER..., 1965 p. 3).

Os eventos políticos dramáticos do ano se encerravam com o estabelecimento do Segundo Ato Institucional, em 27 de outubro de 1965. O AI-2 extinguiu os partidos políticos, reabriu os processos de cassação e gerou uma intervenção do Poder Executivo no Poder Judiciário. Lacerda, em resposta, renunciou publicamente à sua candidatura presidencial pela extinta UDN. Os jornais que já vinham participando das discussões, depois de baixado o AI-2, sentiram ainda mais a fragilidade do consenso golpista. No ano seguinte, o debate em torno à Rede Globo adquiriu características ainda mais dramáticas, passando a ser João Calmon o protagonista. De qualquer maneira, o espaço de discussão política ao que os jornais tinham acesso foi se contraindo, e “o carnaval da direita civil logo teria sua quarta-feira de cinzas” (NAPOLITANO, 2014, p. 67).

A infiltração de capitais estrangeiros: o nacionalismo e o patriotismo dos liberais conservadores

Nos primeiros dias de 1966, João Calmon confessava ao *Jornal do Brasil* a sua preocupação com a infiltração de capitais alienígenas nos meios de comunicação brasileiros. Afirmava que tudo tinha se originado entre 1961 e 1962 com a chegada no Brasil de *Seleções Reader's Digest*, e o grupo Vision (revista *Visão*) e a editora Abril (revista *Claudia*). Finalizava suas declarações denunciando Roberto Marinho e o acordo Time-Life, que violentava a Constituição (CALMON DENUNCIA..., 1966, p. 4).

Dias depois, *O Estado de São Paulo* se posicionava citando as denúncias de Calmon em um programa da TV Tupi, onde a dita infiltração era mencionada. O jornalista do *Estadão* acreditava que, se era verdade que as denúncias eram “um tanto vagas”, ninguém poderia duvidar que o deputado era patriota e nacionalista. O jornal, então, tomava posição dizendo que o nacionalismo, tanto de Calmon como o do jornal, não era anti-imperialista, já que:

[...] enfileiramo-nos desde sempre entre os que consideram os Estados Unidos o mais natural dos aliados do Brasil, e por outro lado, pela nossa fidelidade aos postulados ainda vigentes do liberalismo econômico e democrático. Figuramos entre os propugnadores da participação cada vez mais extensa dos capitais estrangeiros, principalmente dos norte-americanos, no desenvolvimento econômico nacional (INFILTRAÇÃO..., 1966, p. 3).



Mas, o principal problema era que a Constituição nacional estava sendo desrespeitada. O jornalista se perguntava:

[...] como consentir que estrangeiros encapuçados como meros ‘testas de ferro’ se infiltrem no jornalismo brasileiro para dirigi-lo e sustentá-lo com dinheiro vindo de fora? [...] os capitais estrangeiros atraídos por essa atividade demonstram um notável pendor para o monopólio, e o que é o pior, por um monopólio orientado por interesses que nada tem a ver com os interesses nacionais visados pela preocupação que todos os brasileiros têm com a proteção e a simpatia de que cercam e sempre cercaram, as atividades jornalísticas do País (INFILTRAÇÃO..., 1966, p. 3).

O jornal, apesar de bosquejar algumas críticas tanto ao ex-governador como ao deputado João Calmon, elogiava a coragem dos dois homens pela honestidade e as denúncias.

No dia 21 de janeiro de 1966 – quase seis meses depois de o CONTEL pedir esclarecimentos sobre as ligações da Globo com Time-Life e mais de quatro meses depois deste mesmo Conselho ter solicitado expressamente os contratos assinados entre essas empresas – a Globo enviava ao CONTEL o Contrato de Assistência Técnica, mas não o Contrato Principal, em teoria substituído pelo Contrato de Arrendamento de janeiro de 1965. Ressalta-se que a iniciativa da Globo só ocorria um dia depois da criação de uma Comissão de Alto Nível pelo Poder Executivo pelas pressões da imprensa que já vinham acontecendo desde o ano anterior. Dois dias depois foi divulgado o “Manifesto à Nação”, em *O Estado de São Paulo*.

O CONTEL nunca tomara qualquer iniciativa própria para apurar um escândalo que já era público graças à imprensa, mesmo depois de iniciado o processo, provocado pela representação formal do governador Carlos Lacerda. O CONTEL, conforme revelava o seu presidente, o comandante Euclides Quandt de Oliveira – não investigara as denúncias sobre as remessas de dólares à Globo, pois os contratos colhidos pelo CONTEL não se referiam a essas remessas, mas simplesmente ao Contrato de Assistência Técnica. O CONTEL seria finalmente extinto em 1972, dando lugar ao Conselho Nacional de Comunicações (CNC).

A questão da “infiltração estrangeira na imprensa” tomou conta das manchetes dos principais jornais. *O Estado de São Paulo* informava que, em Florianópolis e no Paraná, políticos e empresários do ramo tinham denunciado a pressão crescente do capital internacional para se infiltrar na imprensa brasileira (DENUNCIADA..., 1966, p. 6). Já o João Calmon, através de *Jornal do Brasil*, informava que um furioso



Marinho tinha desligado as suas organizações Globo da ABERT que Calmon presidia (CALMON ANUNCIA..., 1966, p. 16).

Marinho redobraría a aposta enviando um artigo publicado um dia antes no próprio *O Globo* ao *Jornal do Brasil*. Dizia que “no ano passado, por motivo puramente político, a Rede Globo foi denunciada” por Lacerda ao ministro da Justiça Milton Campos, no dia 15 de junho. O artigo afirmava que no dia 5 de fevereiro daquele ano, quatro meses antes da denúncia de Lacerda, a Globo tinha enviado uma carta ao presidente Castelo Branco informando tudo o que era referente aos contratos. Marinho concluía que as denúncias (sem mencionar os autores) tinham outros motivos, não mais políticos:

[...] a razão principal dessa nova campanha pode ser encontrada por quem se dirigir ao IBOPE: é que a TV Globo sendo a mais nova televisão da Guanabara JÁ CONQUISTOU O PRIMEIRO LUGAR em audiência. Pelo mesmo IBOPE se verifica que a estação de televisão do denunciante [TV Tupi] se encontra em PENÚLTIMO LUGAR (A TV..., 1966a, p. 7).

Além dos interesses econômicos que moviam as denúncias, continuava a carta, evidenciava-se a demagogia de querer fazer crer ao povo que o que se estava defendendo eram princípios nacionalistas. Explicava que o contrato era de assistência técnica e financiamento que se transformara na compra-venda do edifício. Esclarecia também que a Time-Life não tinha ingerência alguma na administração e na orientação intelectual ou política. Por último, finalizava dizendo que nenhuma emissora nunca tinha apresentado nada ao CONTEL (A TV..., 1966a, p. 7).

O cinismo presente nas palavras de Marinho tentava, através de contra-acusações, esconder um fato a essa altura evidente: o de que a emissora que comandava havia se originado coberta de irregularidades. Mas, uma outra realidade surgiria de suas declarações. A Rede Globo estava despontando como uma emissora pujante, contratando profissionais de outras redes de televisão, da publicidade, diretores de teatro, técnicos e produtores com experiência prévia no cinema. A publicidade do *affaire* Time-Life e a sua associação com capitais e técnicos norte-americanos lhe outorgara ao mesmo tempo muitos inimigos na imprensa e uma reputação de modernização e qualidade.

Os militares, cuja estratégia em relação à mídia estava ligada à ideologia de segurança nacional baseada na integração, apoiavam firmemente as comunicações, e dentro de esse esquema, a própria Rede Globo, cujo projeto de



expansão pelo território nacional só foi possível graças à estrutura desenvolvida pela ditadura (ABREU, 2002, p. 8-12). Por outro lado, as acusações de Assis Chateaubriand e João Calmon sobre a “competência desleal” que a Rede Globo criara iam além do ressentimento que pudesse mover os jornalistas a dizer meias verdades. No momento em que Roberto Marinho declarava ser pura inveja as razões da campanha de difamação contra ele e a sua emissora, a participação da Time-Life já era de quase dez vezes o patrimônio original da Globo, e o custo instalação da “moderna” emissora (que nesse momento chegava a 4 milhões de dólares) tinha sido possibilitado graças ao capital americano (HERZ, 1987, p. 186).

À medida que a CPI avançava (formalmente criada em março), as denúncias de infiltração continuavam, publicadas principalmente em *O Estado de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*. Calmon, trabalhando incansavelmente, informava seus colegas deputados sobre campanhas nas que tinha trabalhado durante o recesso, nas quais tinha se focado especialmente na “luta contra a invasão estrangeira no campo da imprensa, do rádio e da televisão” (INFILTRAÇÃO FOI..., 1966, p. 8). Na televisão, João Calmon informava que a Time-Life continua enviando dinheiro à Globo, apesar da suposta anulação do “Contrato Principal” (CALMON FORMULA ..., 1966, p. 7; CALMON REITERA ..., 1966, p. 9).

Em meio às denúncias de Calmon, Carlos Lacerda utilizava o caso Time-Life para mais uma vez criticar duramente o governo. O artigo publicado em *A Tribuna* informava que Gildo Correa Ferraz, presidente da CPI, interrogara Lacerda, que em carta (reproduzida no jornal) dizia que: “[...] no inquérito, deverá ser ouvido o Marechal Castelo Branco para saber por que, depois de ter em mãos a prova que agora finge apurar ele foi celebrar com Roberto Marinho e Walter Moreira Salles e aproveitadores, a transformação da Revolução numa aventura.” (CASTELO..., 1966, p. 2).

Em maio, o CONTEL enviou seu parecer a Castelo Branco. No relatório, constava um prazo para a Globo desfazer o vínculo com a Time-Life, já que feria a Constituição. A Globo, através de uma manobra legal, rompia formalmente com a Time-Life, mas não devolvia o dinheiro. Os jornais informavam que era provável que Castelo Branco não punisse Marinho, já que aquele supunha que este tinha atuado “de boa fé”: “O trabalho do presidente, agora, será o de reduzir a repercussão das atividades da CPI, que continua a recolher depoimentos, podendo tornar-se um entrave às soluções de meio termo do Executivo” (PARECER VAI ..., 1966, p. 10).

Logo após a repercussão do relatório do CONTEL, Carlos Lacerda tornou públicas as suas declarações finais à CPI. Ele dizia que “todas as emissoras de



TV estão se arruinando pelos dólares que só uma recebe.”. O ex-governador, atacando pessoalmente Marinho, dizia que “não se sabe se as opiniões ouvidas nos programas são graciosas ou subvencionadas [...] o Sr. Marinho pode ser entreguista, mas de graça.” Retomando declarações de João Calmos nos meses precedentes, Carlos Lacerda chamava a uma construção de uma televisão estatal. “Tem ou não o povo o direito de ver cumprida sua constituição?”, arengava. E reiterava o argumento sobre dinheiro estrangeiro oferecido ao Mesquita,

É inútil dizer que a um homem da dignidade e o patriotismo de Júlio Mesquita alguma vez tenha ocorrido a ideia de buscar dinheiro no exterior para justificar a sua posição. Também ao senhor Edmundo Monteiro dos *Diários Associados* de São Paulo foi feita uma proposta, mas quem aceitou foi só O Globo.” Me pergunto: por que o JB não pode fazer o mesmo? (LACERDA MOSTROU ..., 1966, p. 7).

A CPI encerrava suas investigações em 22 de agosto de 1966. A Comissão votaria pela inconstitucionalidade do acordo da Rede Globo com a Time-Life (CPI..., 1966, p. 15). O parecer não teria nenhuma consequência drástica para a Rede Globo; só o rompimento formal com a Time-Life. Um dia depois, Carlos Lacerda escrevia uma coluna em *A Tribuna* onde se perguntava:

[...] será que o Marechal é um desfibrado? Será que esse presidente não tem palavra? Não é isso. É que na sua cabeça entrou a seguinte ideia: O Globo (Rádio, jornais, TV) constitui o único bloco de imprensa escrita e falada que apoia incondicionalmente o seu governo [...] o Marechal acha que os que denunciam são concorrentes ou despeitados (O QUE É ..., 1966, p. 1).

Considerações finais

Em 30 de novembro de 1966, poucos meses antes do final do governo Castelo Branco, *A Tribuna da Imprensa* publicava um editorial de Carlos Lacerda o qual estabelecia, entre outras coisas, uma conexão entre o dinheiro dado à Rede Globo através do contrato com a Time-Life e a CIA. Afirmava, sem prova alguma, que o projeto da agência de inteligência americana visava a um controle cultural continental. O ex-governador estabelecia conexões entre os “técnicos” enviados pelos norte-americanos à emissora brasileira, o departamento de Estado estadunidense, notórias figuras anticastristas e publicações e emissoras de televisão conservadoras na América Latina, como por exemplo, o



Canal 13 da Argentina. Os jornais que participavam no debate nunca chegaram a apurar esses fatos.

Em 1966 e já no fim do governo Castelo Branco, Lacerda escrevia um editorial em *A Tribuna*, onde denunciava um fato interessante: que Marinho queria induzir Castelo Branco a cassar os seus direitos de cidadão brasileiro. Marinho, dizia Lacerda, chamara a reunião entre Lacerda e o Juscelino Kubitschek, “o pacto traiçoeiro.” Lacerda definia bem o que estava em jogo nesse momento: mais lúcido que os outros donos de jornais, ele observava a consolidação do regime, que excluía parcialmente e limitava os seus velhos aliados civis (incluindo a imprensa) e que se sustentava, entre outras coisas, na aliança entre Castelo Branco (os militares) e a Globo (Marinho). “Como Goebbels fazia para Hitler, Golbery usa ‘o lobo’ para preparar o clima da cassação” (AS RAZÕES..., 1966, p. 4).

No dia 11 de março de 1967, Castelo Branco requeria que o CONTEL informasse se a Rede Globo tinha atribuído algum poder de gerência a grupos estrangeiros. Ante a resposta negativa do organismo, em 23 de setembro, o marechal “legalizava” a Rede Globo (HERZ, 1987, p. 190). Dias depois, entrava em vigor a Lei de Imprensa (em 14 de março), provando que a situação dos jornais se fragilizara ainda mais. Considerava-se ilegal a divulgação de notícias “falsas” que ferissem o prestígio do Brasil ou ofendessem a honra do presidente da república. Da mesma maneira, qualquer notícia sobre conflito entre classes sociais, subversão da ordem social e de desobediência às leis, era considerada igualmente ilegal.³

A resposta dos jornais não foi nem imediata nem homogênea. Em uma reunião da Sociedade Interamericana de Imprensa em Buenos Aires, no dia 14 de julho de 1968, Júlio Mesquita Filho reclamava que não poderia haver uma imprensa livre quando o poder de decisão “se achava nas mãos de grupos alienígenas com uma rede de ligações internacionais”. Mesmo que se tivesse total liberdade de imprensa no Brasil, continuava o jornalista, havia preocupações. Afirmava que, no Brasil, “há plena liberdade de imprensa, mas um aparelhamento legal que vai contra dita liberdade. E a infiltração de capitais estrangeiros é uma ameaça grave. A Lei de Imprensa foi modificada para ser conivente com essa falta grave” (AMEAÇA..., 1968, p. 9). Mesquita se referia à modificação presente na lei que permitia uma participação estrangeira de até trinta por cento (sem direito a voto) no capital social das empresas jornalísticas e de radiodifusão.

Mantendo os termos do debate de anos anteriores, o mais elitista e oligárquico dos donos dos jornais constatava os efeitos do processo de “legalização” da Rede Globo. Todas as prédicas e apelos a um suposto nacionalismo do regime e as denúncias da inconstitucionalidade do acordo Globo/Time-Life não tinham



sido suficientes para impedi-lo. Somado a isso, a censura dos telefonemas e bilhetinhos dos censores às redações proibindo a publicação de determinados fatos e assuntos passaria, a partir desse momento, a ser um fato do dia a dia (KUSHNIR, 2012) e, como Bernardo Kucinski afirma, a autocensura se transformava em uma prática corrente da imprensa, desenvolvida plenamente logo depois do Ato Institucional Número 5. O Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, instituiria, logo após, a censura prévia em jornais e revistas (KUCINSKY, 1999, p. 50-70).

Em 8 de julho de 1971, o jornal *O Globo* anunciava a desvinculação formal da empresa Time-Life. Um dia depois, Roberto Marinho recebia “manifestações de apoio” de “todos os setores”. Deputados do partido oficial ARENA e do “opositor” MDB festejaram a coragem, o espírito nacionalista e o patriotismo do empresário e jornalista:

A nota do diretor Roberto Marinho demonstra, mais uma vez, a lisura do comportamento dos órgãos de *O Globo*. Não direi que ela serviu para tranquilizar à opinião pública brasileira, porque esta jamais se sentiu intranquila em face das atitudes daquele conceituado órgão da imprensa nacional (ARTIGO..., 1971, p. 3).

Os outros jornais apenas mencionavam o fato. A emissora, então, erguia-se como a rede de televisão hegemônica brasileira, reinando quase invicta por pouco mais de vinte anos.

O processo de construção dessa memória tem apagado os vestígios das origens: desde as biografias dos primeiros “grandes inovadores” da Rede Globo, como Walter Clark e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o famoso “Boni”, até o próprio site *Memória Globo*, o *affaire* possui hoje um caráter puramente anedótico. De fato, o site afirma que,

Em fevereiro de 1967, o governo federal mudou a legislação sobre concessões de telecomunicações, criando efetivas restrições aos empréstimos de origem externa e à contratação de assistência técnica do exterior. Contudo, tratava-se de um dispositivo legal sem efeito retroativo, e os contratos do Time-Life com a TV Globo eram de 1962 e 1965 [...] em outubro de 1967, o consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa emitiu um parecer sobre o caso Globo/Time-Life. Ele considerou que não havia uma sociedade entre as duas empresas. A modalidade jurídica adotada não atribuía ao grupo norte-americano qualquer interferência na gestão da emissora e era legal na época da sua assinatura. Com o parecer, a situação da TV Globo ficou oficialmente legalizada.



Mesmo assim, Roberto Marinho resolveu encerrar o contrato de assistência técnica com o Time-Life e ressarcir o grupo americano do dinheiro desembolsado. Através de empréstimos, tomados em bancos nacionais, e empenhando todos os seus bens pessoais, pôs fim ao acordo com o Time-Life em julho de 1971 (CASO... 2018).

A narrativa histórica hegemônica construída pela emissora trivializa e oculta um evento determinante nas e das suas origens. Em resposta às manifestações de junho de 2013, onde muitos manifestantes acusavam a Rede Globo de golpista, o jornal respondeu com um editorial (APOIO..., 2013, p. 14). Nele, reconhecia publicamente o apoio ao golpe, relativizado na sua gravidade ao enfatizar o radicalismo do presidente deposto João Goulart e as antinomias da Guerra Fria. Destacava, dessa forma, a cumplicidade e o apoio dos outros jornais aos militares e, sobretudo, uma pressuposta adesão massiva do povo brasileiro ao regime autoritário.

O fato de o editorial nada mencionar sobre o acordo com a Time-Life e o debate por ele suscitado demonstra a relevância desse evento e do processo que lhe seguiu, que hoje permite traçar o percurso desses liberais donos de jornais dentro do complexo jogo político instituído pelos militares que, ao mesmo tempo em que demandavam apoio incondicional, limitavam abertamente a participação da imprensa. Por outro lado, o debate em torno ao acordo permite, dessa maneira, dilucidar o papel fundamental que a emissora desempenhou durante a consolidação do regime nos seus primeiros anos. Por último, a ausência do *affaire* na narrativa “oficial” da emissora evidencia, mais uma vez, a premência das batalhas pela memória e pela história desse período.



Referências

- A TV globo à opinião pública. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1966a. p. 7.
- A TV globo à opinião pública. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 fev. 1966b. p. 3.
- ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AMEAÇA à imprensa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1968. p. 9.
- APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro, *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 set. 2013. p. 14.
- ARTIGO de Marinho sobre a TV Globo ganha repercussão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jul. 1971. p. 3.
- AS INJÚRIAS do governador. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 set. 1965. p. 5.
- AS RAZÕES de lobo. *A Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1966. p. 4.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil. 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- CALMON ANUNCIA que Marinho desligou Rádio e TV Globo da Associação de Emissoras. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1966. p. 16.
- CALMON FORMULA novas denúncias. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 6 abr. 1966. p. 7.
- CALMON REITERA suas acusações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1966. p. 9
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CASO time-life: 1962-1971. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/acusacoes-falsas/caso-time-life.htm>. Acesso em: 28 nov. 2018.
- CASTELO compactua com infiltração na imprensa. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1966. p. 2.
- CPI da TV Globo encerrou o seu trabalho sem apreciar a reclamação de Eurípedes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1966. Primeiro Caderno, p. 15.
- CURTAS. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1965. p. 2.
- DENUNCIADA proposta do time-life. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1965. p. 6.
- DEPUTADOS acham que a prisão do técnico da Rede Globo foi só uma vingança de Lacerda. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 jun. 65. Primeiro Caderno, p. 14.
- ENTREVISTA com João. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1963. p. 9.



GOVERNADOR esteve com o presidente. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 set. 1964. p. 4.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HOMENAGEM de O Globo a O Estado de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 set. 1962. p. 5

INFILTRAÇÃO estrangeira na imprensa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1966. p. 3.

INFILTRAÇÃO FOI examinada na câmara. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 fev. 1966. p. 8.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães da guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LACERDA COMPARA ministério de Goulart com o de Castelo, dizendo que este é péssimo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1965. Primeiro Caderno, p. 3.

LACERDA DIZ que R. Marinho deseja passar por valente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 set. 1965. p. 3.

LACERDA DIZ que TV Globo contraria a constituição e o Código de Telecomunicações. *Jornal do Brasil*, 22 jun. 1965. Primeiro Caderno, p. 3.

LACERDA MOSTROU durante 4 horas ligações Globo Time Life. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1966. Primeiro Caderno, p. 7.

LACERDA QUER suspensão da emissora. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 jun. 1965. p. 7.

MARINHO AFIRMA que Lacerda é oportunista e chantagista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 1965. Primeiro Caderno, p. 3.

MESQUITA FILHO, Júlio. “Manifesto á nação”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 jan. 1966. p. 3.

MINAS, Ceará e Bahia condenam a violência da polícia carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro 15 jun. 1965. p. 12.

MINEIROS criticam Lacerda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1965. p. 3.

MOTTA, Cezar. *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *1964. História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.



NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1964-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio/ago. 2017.

NEGÓCIOS de O Globo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 dec. 1964. p. 3.

O MASSACRE. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 set. 1965a. p. 1.

O MASSACRE. *Diário do Paraná*, Paraná, 9 jul. 1965b. p. 1.

O MASSACRE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 9 jul, 1965c. p. 1.

O MASSACRE. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 set. 1965d. p. 1.

O QUE É prevaricação? *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1966. p. 1.

PARECER VAI a Castelo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 maio 1966. p. 10.

PÍFIA discussão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1965. p. 6.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REPÚDIO formal da câmara à violência da polícia carioca. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1965. p. 6.

TEOR do depoimento prestado no DOPS. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 jun. 1965. p. 7.

WOLF, Fausto. O hábito mantém a ordem: TV Globo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 fev. 65. Caderno B, p. 4.

Notas

¹Doutora em História Latinoamericana pela University of Maryland. Professora Associada nos departamentos de História e de Cinema, atualmente dirige a escola de Film and Media Studies em Purchase College, SUNY (Universidade do Estado de Nova Iorque).

²Roberto Marinho exerceu pressão sobre o governo estadual do Rio de Janeiro para que modificasse a legislação de proteção ambiental e permitisse a construção de edifícios da Rede Globo no Parque Lage, na cidade do Rio de Janeiro, adquiridos ao Banco do Brasil em sociedade com a firma Comércio e Indústria Mauá. Lacerda participou de uma campanha pelo tombamento e pela preservação do local, desapropriando o parque.

³Fundação Getúlio Vargas, acervo CP-DOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-imprensa>.